

18/10/93

DISCURSO PREFEITO-POLITÉCNICO

Excelentíssimo Senhor Presidente do Instituto de Engenharia, Dr. Alfredo Mario Savelli

Excelentíssimo Senhor Diretor da Escola Politécnica,

Professor Francisco Romeu Landi

Meus prezados professores e alunos

Meus caros colegas

Aceitei, com grande satisfação, o honroso convite para proferir esta palestra na Semana dos Prefeitos Politécnicos. Preparei uma análise das diretrizes e estratégias que adotei durante a minha gestão à frente da Prefeitura e da sua correlação com a formação básica que recebi na Escola Politécnica.

Somente hoje à tarde recebi um questionário sobre perguntas que me seriam apresentadas ao final desta palestra e que responderei com muito prazer dentro das limitações da minha memória, pois não tive condições de levantar dados sobre o assunto.

Buscar novas estratégias para uma cidade em permanente transformação e crescimento - esta foi a principal diretriz de minha gestão à frente da Prefeitura de São Paulo. Engenheiro por vocação, não hesitei em pôr

em prática, nessa minha gratificante experiência na vida pública, tudo o que pude aprender como antigo aluno da Politécnica - uma escola que, desde sua fundação por Paula Souza, há cem anos, converteu a modernização, o progresso e a industrialização nos valores inspiradores de seus diferentes cursos.

Quando assumi o cargo, em 1975, atravessávamos uma fase de profundas mudanças no gerenciamento das grandes metrópoles do país. Por causa do choque do petróleo e da crise subsequente do sistema financeiro internacional, estávamos, na época, iniciando a transição do modelo do milagre econômico, ou seja, das grandes obras e dos investimentos de capital intensivo, para um modelo novo, caracterizado pela escassez crônica de recursos e pela crescente necessidade de ampliar a racionalidade dos métodos de gestão, de aumentar a eficiência do setor público e de buscar maior criatividade na reformulação dos destinos da coletividade.

Meu maior desafio, ao ser convidado pelo então governador Paulo Egydio Martins a ocupar um posto antes exercido por Prestes Maia, era criar tanto as condições institucionais quanto as condições administrativas para que São Paulo, uma cidade predestinada à grandeza, pudesse realmente alcançá-la em toda sua plenitude. Esse foi o motivo pelo qual meus primeiros esforços se concentraram na própria reestruturação organizacional da máquina administrativa,

com o objetivo de racionalizar sua atuação e de torná-la efetivamente capaz de executar decisões modernizadoras. Todos sabemos como é sempre difícil formular um planejamento urbano consistente sem uma disciplina rigorosa da própria administração, para impedir o desperdício, a improvisação e a manipulação em favor de interesses particularistas.

A racionalização organizacional, funcional e administrativa da Prefeitura Municipal de São Paulo, era condição sine qua para que tivesse alguma possibilidade de sucesso em minha gestão. Isto porque, além de ter pela frente os complexos e inevitáveis problemas decorrentes da "megalopolização" da maior cidade da América Latina, com seus conhecidos índices de desigualdade na distribuição dos frutos do progresso, também tinha de equacionar estruturalmente os graves dilemas gerados pelas marchas e contramarchas de um desenvolvimento industrial sem precedentes na história brasileira.

Poluição ambiental, crescimento demográfico intenso, condições subhumanas de habitação, ocupação desordenada e muitas vezes ilegal de terrenos públicos e privados para fins industriais e habitacionais, especulação desenfreada em consequência da valorização excessiva do solo, serviços básicos degradados em matéria de saúde e educação, colapso no sistema de transportes coletivos, carência de áreas de lazer e recreação, legislação municipal anacrônica e extrema insuficiência

de recursos - estes foram os principais problemas crônicos que tive pela frente logo no meu primeiro dia de gestão. Pelo seu alcance e por sua magnitude, eram problemas simultaneamente técnico-administrativos, econômico-financeiros e político-sociais, minando a qualidade de vida de uma população cujas necessidades sempre cresceram em proporção inversa à capacidade da Prefeitura de atendê-las.

Todos esses problemas, como é sabido, eram comuns à maioria das capitais brasileiras e decorriam, basicamente, da velocidade do nosso desenvolvimento industrial, especialmente entre 1950 e 1970. Com uma base fabril pequena, não contando, por isso mesmo, com uma distribuição espacial adequada, a industrialização privilegiou as grandes cidades brasileiras do Sudeste e, como seu prolongamento natural, acabou propiciando em suas proximidades o aparecimento desordenado de muitas outras. Ao longo dessas duas décadas, o Brasil passou de 8 para 81 cidades de cem a quinhentos mil habitantes, muitas delas em estreita simbiose econômica e política com os polos industriais, enquanto as cidades com mais de quinhentos mil habitantes passaram de 3 para 13. São números que assustam, uma vez que muitas dessas novas cidades surgiram na periferia das capitais, a partir da expansão anárquica dos centros urbanos tradicionais - expansão essa polarizada pelo extraordinário crescimento de suas atividades no âmbito da indústria da construção civil, da indústria de bens de

consumo duráveis, da indústria de bens de capital e do setor de comércio e serviços.

Apesar da magnitude dos problemas gerados pela industrialização decorrente das políticas de substituição de importações formuladas e implementadas pelo Executivo Federal, como a migração intensa, a urbanização desenfreada e o desequilíbrio ecológico, essas cidades precisam ser vistas como os centros dinâmicos que permitiram ao país mudar, por completo, suas estruturas geo-ocupacionais. São Paulo, cuja fantástica expansão extravasou para as áreas adjacentes, em curto espaço de tempo, marcando profundamente toda sua região metropolitana à medida que sua economia agrário-exportadora cedia lugar para uma economia urbano-industrial, jamais foi uma exceção entre as grandes metrópoles mundiais.

Como todos sabemos, a lenta porém contínua migração do campo para a cidade em busca de melhores oportunidades de vida converteu-se, nos últimos cem anos, num fenômeno avassalador. Nas primeiras décadas deste século, quando nasci, menos de 15% da população mundial habitava zonas urbanas; apenas 11 cidades possuíam mais de um milhão de habitantes; e somente 3 constituíam megalópoles com mais de dois milhões de pessoas. Ao término da Segunda Grande Guerra, quando saí da Escola Politécnica para iniciar minha vida profissional, os moradores das cidades já

representavam 30% da população mundial, passando para 49%, em 1975 - ano em que assumi a Prefeitura de São Paulo. Ao final dos anos 80, período em que deixei a vida pública, mais de 2,2 bilhões de pessoas - quase metade da população mundial - viviam em zonas urbanas.

Estudos da ONU estimam que, na virada do século XX para o século XXI, quando os atuais alunos da Politécnica estarão sendo convidados a ocupar cargos estratégicos na iniciativa privada e na administração pública, 90% da população planetária deverá estar vivendo nas cidades. Dentre elas, e aí incluindo São Paulo, pelo menos 10 serão habitadas por mais de vinte milhões de pessoas.

Esses estudos também apontam duas linhas distintas de evolução para essas metrópoles. Nos países em desenvolvimento, nos quais os problemas de distribuição, transporte, segurança e comunicação são sempre complexos, e cuja resolução dependerá tanto do comportamento global da economia quanto da capacidade de articulação das autoridades federais, estaduais e locais, as grandes cidades terão elevadíssima concentração demográfica. Já nos países desenvolvidos, a população estará diluída em periferias cada vez mais vastas, a ponto de constituírem cidades-região, integradas por uma densa rede de comunicações propiciada pela expansão da informática.

Não se pode, evidentemente, recusar o progresso. Segundo aprendi com meus antigos e respeitados professores da área de ciências humanas, nos tempos do Pré-Politécnico, como era então conhecido o Colégio Universitário, o progresso não pode ser entendido exclusivamente por seus aspectos materiais, como o crescente afluxo de bens de consumo posto à disposição dos munícipes. Ele envolve, igualmente, as inúmeras possibilidades de auto-realização do homem por meio de maiores e melhores condições de saúde, educação, transporte e lazer. O grande desafio é saber como administrar o progresso, entendido nessa perspectiva mais humanista, com doses crescentes de racionalidade, inventividade e consequência. Essa foi a tarefa a que me propus com firme entusiasmo ao assumir a Prefeitura, na consciência de que sempre é possível, mesmo nas metrópoles tão complexas como São Paulo, compatibilizar desenvolvimento com bem-estar, crescimento com qualidade de vida e civilização com natureza.

Reconheço que as generalizações são, tradicionalmente, perigosas. Mas, assumindo o risco de fazê-las, posso afirmar que cidades, como a que tive a honra de administrar, não são apenas e tão somente um simples aglomerado de dilemas administrativos e desafios urbanos. São, também e principalmente, o "lugar da história", onde os homens encontram, na diversidade de interesses e tarefas, as oportunidades de escolher sua

vocação própria, de desenvolver suas capacidades criadoras e de forjar sua vida familiar e comunitária. A cidade é, por isso mesmo, onde os homens criam, realizam, modificam, reconstróem e aprofundam sua cultura. Como disse em meu discurso de posse e em outros que as diversas circunstâncias da vida pública me levaram a pronunciar, a convicção de que uma grande metrópole é o "lugar da história" pode ser demonstrada pela própria evolução de São Paulo a partir de sua criação, em 1554.

Do ciclo das bandeiras ao ciclo das monções, da expansão da economia cafeeira ao advento da industrialização, há sempre uma identidade comum cujas origens remontam a um ato fundador. No caso de São Paulo, esse ato fundador está profundamente vinculado ao ensino, ou seja, à preocupação dos padres José de Anchieta e Manoel da Nóbrega com a formação e com a geração do conhecimento. A singela escola por eles criada constitui, a meu ver, o principal fio condutor entre o início desta metrópole, há mais de quatro séculos, e os dias de hoje, por ter gerado uma imensa variedade de oportunidades que se abriram ao desenvolvimento dos paulistanos, dentro de sua cultura urbana.

Fundada em torno do pequeno colégio dos jesuítas, São Paulo sempre soube se expandir com base num intrincado e profícuo relacionamento entre suas elites, seus centros de educação e aqueles que, em sucessivas

ondas, aqui chegaram em busca de alguma oportunidade profissional. Foram suas escolas superiores, como a Politécnica, desdobrando-se com o passar do tempo em importantes institutos de pesquisa científico-tecnológicos, como o IPT, a principal mola propulsora do progresso; o fator mais diretamente responsável por uma industrialização que, na sua evolução, contou com o suporte decisivo dos imigrantes europeus, na primeira metade deste século, e dos migrantes nordestinos, já na segunda metade, alterando tanto o conteúdo quanto a forma da vida social paulistana, redefinindo seus espaços públicos e reformulando a própria cultura da cidade.

Por causa dessa sua vocação para a mudança contínua, com toda a gama de tensões, problemas e conflitos inexoravelmente gerados pelas transformações de seus padrões econômicos, sociais e culturais, e por causa da excelência de seus centros de formação e geração do conhecimento, São Paulo é como as grandes cidades da humanidade - da Roma do Império Romano à Londres do Império Britânico, da Paris dos tempos do Barão Haussman ao cosmopolitismo de Nova York e à pós-modernidade de Los Angeles. Em outras palavras, isto significa que São Paulo é uma metrópole distante do antigo sonho-das-cidades-gregas, ou seja, equilibradas e harmoniosas. Longe de refletir uma ordem cósmica imutável, fixada a partir de uma beleza e de uma funcionalidade arquitetônica, platonicamente perfeitas, São Paulo é um organismo vivo, em cujo âmbito a vida

ultrapassa seus limites sem cessar, a diversidade alimenta as contradições mais surpreendentes e a excelência de seus técnicos propicia as soluções mais originais e inovadoras.

O êxito que me foi dado alcançar na administração desta fantástica cidade deve-se, segundo creio, à minha formação profissional como engenheiro. Nos cinco anos que passei pelos bancos acadêmicos da Poli, nas antigas instalações da praça Fernando Prestes, não fui levado apenas a descobrir a evidência dos números e a desenvolver o raciocínio objetivo; soube, também, dar a devida importância às análises sistêmicas e às avaliações realistas dos grandes problemas nacionais, aprendendo a separar as evidências das controvérsias, a identificar as diferentes variáveis e estimar as múltiplas alternativas, sempre na perspectiva das três clássicas palavras-de ordem em torno das quais se consolidou nossa Escola - modernização, progresso e industrialização.

Meus prezados amigos

Numa análise realista do Brasil contemporâneo, com aquele viés objetivo, típico dos engenheiros, é impossível deixar de reconhecer que vivemos hoje um delicado momento na história política, econômica e social do país. Diante da magnitude dos dilemas gerados pelo

descompasso entre uma economia complexa e instituições políticas sem fluidez e efetividade, por ainda não se terem modernizado, as grandes transformações dos últimos tempos somente poderão ter sequência quando finalmente conseguirmos ajustá-las e compatibilizá-las com um processo decisório mais ágil e mais eficaz; um processo consistente e responsável, capaz de envolver e sensibilizar, pelos canais democráticos do Estado de Direito, parcelas majoritárias da sociedade na formulação de um amplo projeto de reformas estruturais.

A obra empreendida foi de grande porte e significado, especialmente no âmbito da engenharia. Doravante, contudo, ela deverá resultar de uma nova agenda de políticas públicas. Há tempos encerrou-se, definitivamente, a fase em que a obra, apenas pela audácia de sua concepção ou então pelo caráter sofisticado de seus frutos, tinha condições de refletir, por si só, o desejo da coletividade. Hoje, imensa responsabilidade cabe aos engenheiros para especificar, com critério e propriedade, tudo aquilo que a sociedade brasileira realmente necessita e pleiteia. Obras mais simples, rápidas e compatíveis com a realidade nacional devem ser o objetivo de todos. É inadmissível continuarmos a edificar obras e a especificar projetos que concorram, tanto em luxo quanto em ostentação, com outros países de níveis de renda e cultura tão diferenciados dos nossos.

Dentro dessa visão, outro grande desafio - talvez o mais importante de todos - diz respeito ao desenvolvimento tecnológico do país. Conceitualmente, a tecnologia tem sido definida como a aplicação sistemática de conhecimentos lógico-rationais para a resolução de problemas específicos e de questões práticas. A dependência do mundo contemporâneo à inovação tecnológica e suas consequências mais imediatas, como a redivisão do trabalho produtivo e a adoção de critérios inéditos para a avaliação da eficiência, resultaram em inovações que mudaram profundamente a estrutura global das economias. Configurando um novo paradigma produtivo, essas mudanças afetaram não só os padrões de comportamento social mas, também, a própria distribuição do poder, da riqueza e do conhecimento no âmbito da sociedade contemporânea.

É por esse motivo que, na dinâmica da evolução econômica e industrial do século XVIII aos dias de hoje, houve um deslocamento gradativo na importância atribuída aos diversos fatores e finalidades da produção. Da tradicional ênfase ao capital e à mão-de-obra, passou-se à valorização da tecnologia, da energia e da ecologia. Cada vez mais a pesquisa, o conhecimento, a invenção e a ênfase à competitividade constituem a parte essencial do processo produtivo. No novo paradigma tecnológico, a produção em si mesma vai assumindo o caráter secundário de mera execução de operações

prévias muito bem concebidas e determinadas, o que está levando à substituição das plantas industriais convencionais, de caráter "fordista", centradas no controle hierárquico, na subdivisão das tarefas e na fabricação de produtos homogêneos em etapas isoladas, por outras bem mais flexíveis e versáteis, sob a forma de cadeias integradas de produção e distribuição, capazes de propiciar uma ampla gama de diferentes produtos com alto nível de eficiência e em condições de estimular o desenvolvimento de respostas adequadas às demandas sempre cambiantes do mercado.

Eis a razão pela qual se tornou imperativo para os países em desenvolvimento, como o Brasil, dominar e aplicar o máximo de tecnologia compatível com suas necessidades e recursos, sob pena de ser crescentemente excluído do mercado internacional. Ao lado da Coréia, o Brasil foi um dos países que mais se expandiu entre 1950 e 1960, durante a época do paradigma produtivo anterior, de base eletro-mecânica. No entanto, por ter-se estagnado economicamente a partir dos anos 80, deixando de acompanhar, passo a passo, a evolução tecnológica mundial e hesitando na redefinição de um amplo e conseqüente projeto de desenvolvimento, nosso país teve grandes dificuldades para ingressar no novo paradigma produtivo - um paradigma bem mais complexo, que exige, para seu funcionamento, uma engenharia eletrônica intimamente vinculada com os grandes centros de pesquisa mundiais, bem como

crescentes coeficientes de inventividade e competitividade em "engineering", "design" e "software".

Não fui o primeiro a afirmar que o problema brasileiro jamais foi só debater a necessidade de maior ou menor inserção do país no mundo desenvolvido, em termos de comércio, investimento, financiamento e tecnologia. Mas, desde que, troquei a carreira acadêmica pela iniciativa privada e pela vida pública, tenho afirmado que, se é certo que o avanço tecnológico tornou-se condição necessária para o desenvolvimento econômico e para o advento do bem-estar social numa sociedade tão castigada pelo atraso crônico e pela pobreza massiva, como a brasileira, é igualmente correto que tanto o controle sobre esse avanço quanto o conhecimento das novas técnicas de produção converteram-se em sinônimo de poder. E, sem esse tipo de poder - o mesmo que levou Alemanha e Japão a saírem das cinzas e escombros de uma derrota militar rumo a uma situação de invejável bem estar e de hegemonia mundial -, continuaremos repetindo para nossos filhos e netos que o Brasil é o país do futuro, desmoralizando, na prática, esta profecia nunca realizada que aprendemos com nossos pais e avós.

Recolocando em novos termos o que já disse em palestras, artigos e livros, se é verdade que a revolução industrial das últimas décadas levou o Brasil à oitava colocação na economia mundial, alterando

profundamente nossas estruturas sociais e remodulando as justas expectativas de uma vida melhor e mais justa, também é verdade que a continuidade de nosso progresso hoje esbarra na angustiante questão do nosso desenvolvimento científico-tecnológico. Daí o desafio de substituir a dependência nessa matéria pela autonomia decisória que ora se interpõe para um país que almeja dar o salto do Terceiro para o Primeiro Mundo, de um lado, face às exigências de se responder ao elevado custo de importação de tecnologias nem sempre atualizadas ou adequadas à nossa realidade e, de outro, por causa de seu conhecido impacto sobre o balanço de pagamentos.

Não sejamos, pois, irrealistas ou ingênuos exatamente na metade desse salto, tentando ressuscitar - às vésperas do século XXI - a velha distinção platônica entre "decisões aristocráticas" pretensamente perfeitas e tomadas por um rei-filósofo convencido de que o mundo pode ser ordenado segundo padrões de racionalidade superior e "decisões populares", desprezadas pela sua irracionalidade intrínseca e tomadas a partir do senso comum de cidadãos anônimos. Tenhamos os pés no chão: toda e qualquer opção por uma política tecnológica específica implica a escolha de um amplo elenco de estratégias relativas; por exemplo, à revisão dos padrões de consumo, à redefinição de perfis de investimento, à novas formas de exploração de matérias-primas e, principalmente, à revolução das técnicas de aprimoramento dos recursos humanos.

Se, no passado, as deficiências nesta área específica não chegaram a se constituir em grande obstáculo à industrialização, é porque o paradigma produtivo de base eletro-mecânica caracterizava-se por ser pouco exigente em matéria de qualificação e mesmo de treinamento da mão-de-obra. O advento do novo paradigma tecnológico-produtivo, a partir da década de 80, com suas sofisticadas máquinas e equipamentos informatizados, exigindo operadores cada vez mais preparados tecnicamente e com múltipla especialização, tornou a reforma do ensino básico e a modernização da rede pública de educação um imenso desafio, ao condicionar a expansão da produtividade e da competitividade à elevação do perfil intelectual e aos investimentos em capital humano e converteu a formação e o treinamento das novas gerações numa obrigação para os administradores públicos.

Meus prezados amigos

Honrado pelo convite formulado pelo Professor Landi, para dar meu depoimento como "Prefeito-Politécnico", iniciei esta palestra-fazendo-uma avaliação dos problemas da cidade que administrei durante quatro anos e meio, tendo derivado, em seguida, para uma rápida e esquemática análise da importância do desenvolvimento tecnológico com vistas tanto às necessidades sócio-

econômicas quanto aos objetivos macro-políticos do país. A ligação lógica das duas partes da minha exposição está, creio, no fato de que a superação dos desafios urbanos passa, inexoravelmente, pelo desafio tecnológico.

Diante do avanço contínuo da ciência e da tecnologia, que vem criando novas oportunidades para a expansão brasileira, apesar de todas nossas dificuldades econômicas, a administração de nossas grandes cidades, a começar por São Paulo, em hipótese alguma, pode ficar à margem desse avanço. Se me permitirem um neologismo digno de um engenheiro saído da Poli, diria que esta nossa fantástica cidade, mais do que uma "metrópole", consiste hoje numa verdadeira "tecnópole", tal a complexa gama de problemas e alternativas que oferece aos seus dirigentes.

Todos os esforços para a superação desses problemas aparecem nos debates técnicos, econômicos e políticos - especialmente nos momentos de formulação, implementação e avaliação de políticas públicas - sob diversas dimensões complementares com o novo paradigma tecnológico-produtivo que mencionei há pouco. Diante da inevitabilidade e da inexorabilidade desse paradigma, é importante compreender que não existirá futuro para o Brasil fora dele. Este é, simplesmente, um juízo de fato e não um juízo de valor.

E em face de nossas obrigações morais, como cidadãos e engenheiros, não podemos dissociar a vinculação da expansão científica com o planejamento urbano; não podemos desvincular o avanço tecnológico com a adoção de estratégias equilibradas para o desenvolvimento de nossas grandes cidades, seja no que se refere à preservação das especificidades e singularidade dos diferentes grupos sociais que nelas habitam, seja no que se relaciona ao urgente melhoramento das zonas urbanas integradas pelos segmentos mais desfavorecidos, como os novos migrantes e as famílias pobres.

Para não deixar dúvidas quanto ao alcance de minhas idéias, afirmo que não se trata de impor um determinado padrão atual de qualidade de vida no futuro, uma vez que esse padrão reflete valores e ideais que não serão obrigatoriamente compartilhados pelas próximas gerações. Trata-se, isto sim, de assegurar desde já as condições básicas que lhes serão necessariamente vitais para sua auto-realização individual e coletiva, como moradia, saúde, educação e meio ambiente sadio.

Na medida em que tivermos sucesso nessa tarefa, e a Escola Politécnica, sem dúvida alguma, é a certeza de que jamais faltarão engenheiros à altura de suas responsabilidades profissionais e de seus deveres éticos, não apenas estaremos favorecendo o desenvolvimento das potencialidades de cada paulistano. Estaremos, também, fazendo com que esta cidade predestinada à

grandeza realmente consiga situar-se ao lado das grandes metrópoles; aquelas de cuja vida econômica, política e social dependem os destinos do mundo.

Stadtluft macht frei - "o ar da cidade é libertador". Essa era uma velha palavra de ordem dos camponeses da Europa Central. Parafrazeando-o, diria que o ar da vida universitária é libertador e que o ar da Escola Politécnica, em particular, da qual muito me orgulho de ser seu ex-aluno, é, também, um ar transformador e modernizador.

Muito obrigado.



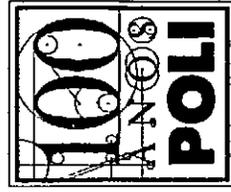
Escola Politécnica da Universidade de São Paulo

D I P L O M A

O Diretor da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo,
Prof. Dr. Francisco Romem Landi, nos termos do Decreto nº 37.199 de 9 de
agosto de 1993, outorga a Medalha Comemorativa do Centenário da Criação da
Escola Politécnica da USP a

Clauo Egydio Setúbal

por seus relevantes serviços prestados à Escola Politécnica e à Comunidade
Científica e Tecnológica



São Paulo, 18 de outubro de 1993

Landi

Francisco Romem Landi



MEMÓRIA

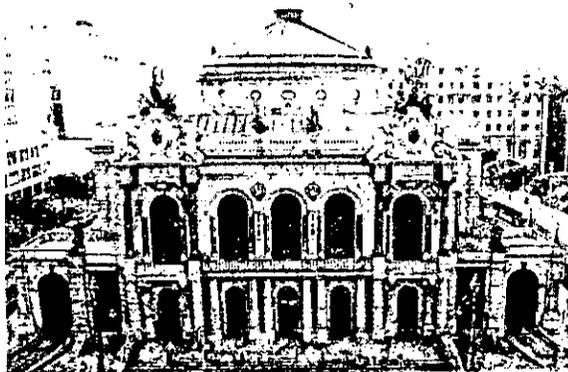
Ramos de Azevedo: o 'politécnico' por essência, fundador da Poli

O trabalho do "engenheiro arquiteto" foi marco na construção civil paulista, por sua beleza, qualidade e a tecnologia aplicada

Por João B. A. Camargo (*)

O engenheiro-arquiteto Francisco de Paula Ramos de Azevedo, fundador da Escola Politécnica da USP, foi um profissional completo: projetista, construtor e artista, dotado de grande senso estético e paisagístico. Sua importância para a arquitetura e engenharia paulistas vai além da construção do Teatro Municipal de São Paulo - sua obra mais famosa, que, por si só, já merece mérito - mas muitas vezes é esquecida, uma falta que deve ser corrigida, especialmente tendo em vista a comemoração dos 100 anos da fundação da Escola Politécnica da USP.

Nascido em 1851 e morto em 1928, Ramos de Azevedo viveu num tempo em que o exercício profissional não tinha regulamentação e qualquer "mestre" italiano, português ou espanhol que afirmasse ter conhecimentos artísticos e experiência em obras poderia construir e ter muitos clientes. Muitas obras executadas durante o século XIX e começo do século XX, por estes mestres, revelam o extremo mau gosto de construções que eram realizadas na época.



Teatro Municipal de SP: sua obra mais conhecida

Ramos de Azevedo deixou obras importantes, sendo a maioria edifícios públicos, que até hoje permanecem em boas condições. Além do seu talento próprio, contribuiu para a durabilidade de suas obras uma atenção especial quanto à contratação de mão-de-obra qualificada: Ramos de Azevedo sabia valorizar e remunerar à altura todos aqueles que prestavam serviços na construção civil daquele tempo.

O escritório técnico montado por Ramos de Azevedo tornou-se famoso não apenas por suas obras, mas, principalmente, pelo numeroso grupo de engenheiros e arquitetos que receberam valiosos ensinamentos, prática e

nome com trabalho no local. Pode-se citar, entre outros, os profissionais: Krugs, Vitor Durbugas, Rossi, Borrioli, Albuquerque, Toledo e Anhaia Mello. Há, porém, dois profissionais e ex-auxiliares seus que se tornaram notáveis: Ricardo Severo, emérito arquiteto português (auxiliar entre 1893 e 1895 e seu associado entre 1895 e 1928) e o engenheiro Amal-do Dumont Villares (também auxiliar, de 1909 a 1911, e associado de 1911 a 1928). Estes profissionais deram continuidade à obra de renovação da arquitetura paulistana de Ramos após sua morte.

Formado em 1º lugar

Como é de conhecimento de todos os profissionais, Ramos de Azevedo foi o primeiro engenheiro arquiteto paulistano - e também brasileiro - não tendo nenhum concorrente durante muito tempo.

Em 1893, foi o fundador da Escola Politécnica da USP, e seu construtor, organizador, professor catedrático, vice-diretor e diretor eleito de 1917 a 1928. Assumiu a Diretoria da Escola Politécnica logo após o falecimento de Antônio Francisco de Padua Souza, exercendo o posto durante 36 anos, sem nunca ter recebido um centavo de seus vencimentos - valor que empregava no aparelhamento do laboratório tecnológico, que é um dos orgulhos dos engenheiros paulistas, sendo hoje o Instituto de Pesquisas Tecnológicas - IPT.



Retrato de Ramos, exposto na Casa das Rosas

Ramos de Azevedo trabalhou durante oito anos como desenhista em Campinas, como ajudante de engenheiro na Companhia Paulista de Estradas de Ferro, onde conseguiu juntar algum dinheiro para, em 1874, ir para a Europa e matricular-se na Universidade de Gand, na Bélgica.

Em 16 de outubro de 1878, recebeu da Universidade de Gand, sob o selo do rei da Bélgica e do juri de nomeação ministerial de 6 de junho de 1878, o diploma de "Ingenieur Architecte", com honrosa menção de "avec grand distinction", sendo laureado em primeiro lugar no curso de engenharia e arquitetura. Os projetos de Ramos de Azevedo foram escolhidos pelo ministério belga para fazer parte da representação daquele país na grande Exposição Internacional de Paris, em 1878.

Grandes obras

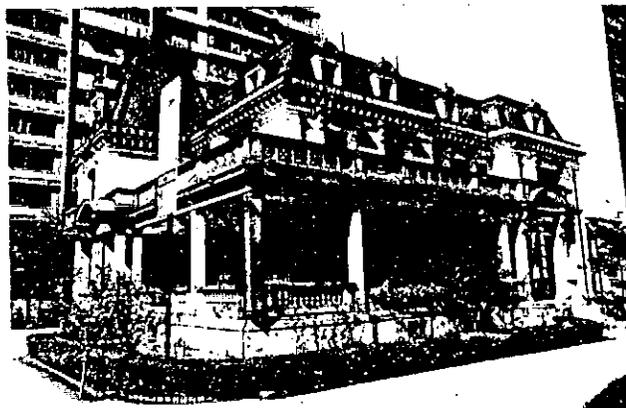
Em Campinas, sua cidade natal (nasceu em São Paulo, por puro acaso - sua mãe estava de visita à cidade - mas morou até a vida adulta em Campinas), deixou mais de dez obras prontas, entre as quais a conclusão da Matriz da Conceição (Catedral da cidade), inaugurada em 8 de dezembro de 1883, e também a conclusão do Teatro Municipal de Campinas (que infelizmente foi demolido), o edifício do Instituto Agrônomo de Campinas e o primeiro edifício da Casa de Saúde de Campinas.

Dentre as principais obras realizadas por Ramos de Aze-

vedo podemos mencionar: Teatro Municipal de São Paulo, edifício Mackenzie (Light), Secretaria da Fazenda (Pátio do Colégio), Mercado Municipal, Triannon, Palácio das Indústrias (atual Prefeitura de S. Paulo, no parque D. Pedro II - obra inspirada no Castelo Mackenzie de Gênova, inaugurada em 29 de abril pelo presidente Washington Luiz, a Santa Casa de Misericórdia, Estação da Sorocabana, escola Caetano de Campos, os grupos escolares dos bairros: Brás, Vila Mariana, Perdizes, Bom Retiro, Alves Guimarães (na avenida Paulista), além da Casa das Rosas e tantas outras obras.

Talvez por toda essa obra, Ramos de Azevedo é o único engenheiro arquiteto paulista a ter um monumento edificado na cidade. A homenagem é geralmente dedicada a políticos ou militares, mas no caso de Ramos de Azevedo, o monumento - de autoria do escultor Galileu Emenadabile - foi erguido com doações do operariado paulista da construção civil, sem nenhum recurso de dinheiro público. A escultura esteve, por muitos anos, na avenida Tiradentes (São Paulo), em frente ao Liceu de Artes e Ofícios, mas agora se encontra ao lado da Escola Politécnica no campus da Universidade de São Paulo. Campinas, sua cidade "natal", tem apenas o prédio da Delegacia de Polícia na avenida Andrade Neves como homenagem a seu mais ilustre arquiteto e engenheiro.

* João B.A. Camargo é arquiteto, autor de projeto do 1 Centenário da Avenida Paulista; dados colhidos pelos arquitetos Ricardo Severo e F. Franco da Rocha



A Casa das Rosas: casarão de sua autoria preservado pelo Patrimônio Histórico; hoje um museu de arte